

**BREVE NOTA SOBRE A REGRESSÃO
SOCIOECONÔMICA E A ESTABILIDADE DO SETOR
EXTERNO BRASILEIRO ENTRE 2015 E 2021**

Miguel Carvalho*

Vinicius Carneiro†

Resumo

O objetivo desta nota é indicar resumidamente o sentido mais geral das principais tendências internas e externas observadas para a economia brasileira após a crise econômica iniciada em 2015 até 2021. Argumenta-se que esta crise econômica é a mais profunda e longa da história republicana do Brasil, o que se traduziu na regressão generalizada dos indicadores socioeconômicos do país durante o período. Por outro lado, externamente, assinalamos que não foi observado entre 2015 e 2021 correspondente redução da capacidade de importação ou a deterioração dos indicadores de solvência externa do Brasil, fatores que poderiam justificar a extensão da crise experimentada pelo país nestes anos.

Palavras-chave: Economia brasileira; crise econômica pós-2015; indicadores socioeconômicos.

Classificação JEL: E24; E66

Abstract

The purpose of this note is briefly indicate the most general sense of the main internal and external trends observed for the Brazilian economy after the economic crisis that started in 2015 until 2021. It is argued that this economic crisis is the deepest and longest in history of Brazil, which resulted in the generalized regression of the country's socioeconomic indicators during the period. On the other hand, externally, we point out that between 2015 and 2021 there was no corresponding reduction in import capacity or deterioration in Brazil's external solvency indicators, factors that could justify the extension of the crisis experienced by the country in these years.

Keywords: Brazilian economy; post-2015 economic crises; Socioeconomics index.

JEL classification: E24; E66.

* Doutorando no PPGE-IE-UFRJ, pesquisador do Grupo de Economia do Setor Público e do Grupo de Economia Política, ambos do IE-UFRJ, e Professor Assistente do Departamento de Economia da UFRRJ-Seropédica. Contato: miguel.carvalho@ppge.ie.ufrj.br

† Doutorando no PPGE-IE-UFRJ e pesquisador do Grupo de Economia do Setor Público e do Grupo de Economia Política, ambos do IE-UFRJ. Contato: viniuscgpereira@gmail.com

1. Introdução

Esta breve nota destina-se a apresentar o sentido mais amplo das tendências internas e externas observadas para a economia brasileira após a crise econômica iniciada em 2015 (ou no 2º trimestre de 2014 se tomarmos os dados trimestrais) até 2021. Procura-se mostrar a magnitude desta crise tanto em relação à queda do PIB como também em termos do grau da regressão dos indicadores socioeconômicos do Brasil. Em contrapartida, é assinalado que o setor externo brasileiro preservou, entre 2015 e 2021, seus indicadores de solvência em níveis adequados, mantendo, assim, a capacidade de importação do país neste período, especificidade que difere a crise pós-2015 de outros episódios de crise enfrentados pela economia brasileira ao longo de sua história republicana. Optamos, por uma razão de espaço, por não propor uma interpretação explicativa, que estabelecesse os nexos causais fundamentais dos fenômenos aqui analisados, mas apenas sintetizar informações que em geral se encontram dispersas relacionadas à economia brasileira com o objetivo de apreender a direção do seu movimento entre 2015 e 2021, tanto no plano interno como externo.

Além desta brevíssima introdução, o artigo está organizado como se segue. A seção 2 é dedicada a uma apresentação da evolução do PIB de forma a destacar a profundidade e duração da crise econômica pós-2015 assim como compará-la aos episódios anteriores experimentados pelo país de queda do nível de atividade. Na seção 3 é apresentada a extensão da regressão social observada no país entre 2015 e 2021 à luz da análise de alguns indicadores socioeconômicos em diferentes áreas, tomando como ponto de referência os dados disponíveis para 2014, o último ano pré-crise. Na seção 4 examina-se brevemente o setor externo brasileiro a partir da evolução do Balanço de Pagamentos de forma a apresentar a preservação dos indicadores de solvência externa em níveis considerados seguros entre 2015 e 2021. Seguem, por fim, as considerações finais.

2. A crise econômica pós-2015: a crise mais profunda e longa da história republicana brasileira

Uma vez que a expressão “crise econômica” seja compreendida como o período de duração até que o PIB, após uma queda, retorne ao seu nível pré-crise, constata-se que a crise entre 2015 e 2021 é a mais profunda (maior queda do PIB em relação ao nível pré-crise) e mais longa (período até que o PIB retorne ao nível pré-crise) da história republicana brasileira

– utilizando como fonte os dados anuais do PIB para o período entre 1900 e 2021, fornecidos pelo IBGE (IPEA, 2022).

Como mostram a Tabela 1 e o Gráfico 1, até 2015, a crise mais grave em termos de profundidade e extensão havia sido a “Crise da Dívida Externa” (1981-1985), quando o PIB caiu 6,3 p.p. entre 1980 e 1983, e, apenas após o quinto ano desde o início da crise, o PIB cresceu o suficiente para atingir (e, no caso, ultrapassar) o nível pré-crise, verificado em 1980. Por sua vez, na crise pós-2015, o PIB acumulou uma queda de 6,7 p.p. até o nível mais baixo do PIB, em 2016, e até 2021 não havia se recuperado, o que já somava 7 anos com o PIB abaixo do nível observado em 2014. Vale dizer que em 2022 é esperado que o PIB anual brasileiro¹, enfim, retorne e ultrapasse o nível observado em 2014, o que significaria o encerramento da crise econômica iniciada em 2015, totalizando, assim, 8 anos de crise.

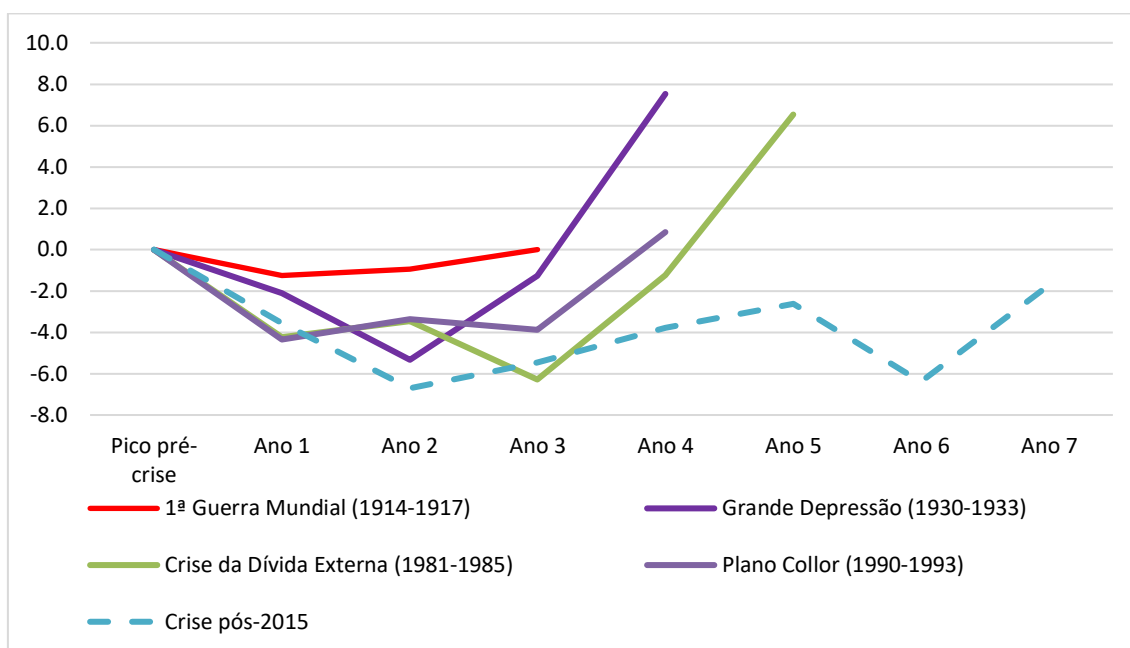
Tabela 1- Brasil: Tempo de recuperação do PIB em relação ao pico pré-crise nas 5 crises mais longas do período republicano (pico pré-crise = 100)¹

	1ª Guerra Mundial (1914-1917)		Grande Depressão (1930-1933)		Crise da Dívida Externa (1981-1985)		Plano Collor (1990-1993)		Crise pós-2015	
Pico pré-crise	1913	100	1929	100	1980	100	1989	100	2014	100
Ano 1	1914	98,7	1930	97,9	1981	95,8	1990	95,7	2015	96,5
Ano 2	1915	99,1	1931	94,7	1982	96,5	1991	96,6	2016	93,3
Ano 3	1916	100	1932	98,7	1983	93,7	1992	96,1	2017	94,5
Ano 4			1933	107,5	1984	98,8	1993	100,8	2018	96,2
Ano 5					1984	106,5			2019	97,4
Ano 6									2020	93,6
Ano 7									2021	98,3

1. PIB a preços de 2010. Inclui a revisão feita pela IBGE (2022a) para o valor do PIB referente ao ano de 2021. Fonte: IBGE (IPEA, 2022). Elaboração própria.

¹ Segundo a estimativa presente no *Relatório de Mercado – FOCUS*, publicado pelo Banco Central do Brasil em 03 de dezembro de 2022, o crescimento previsto para o ano de 2022 era de 3,05%, mais do que o suficiente para que o PIB atinja o nível registrado em 2014.

Gráfico 1- Brasil: Tempo de recuperação do PIB em relação ao pico pré-crise nas 5 crises mais longas do período republicano (variação em p.p.)¹

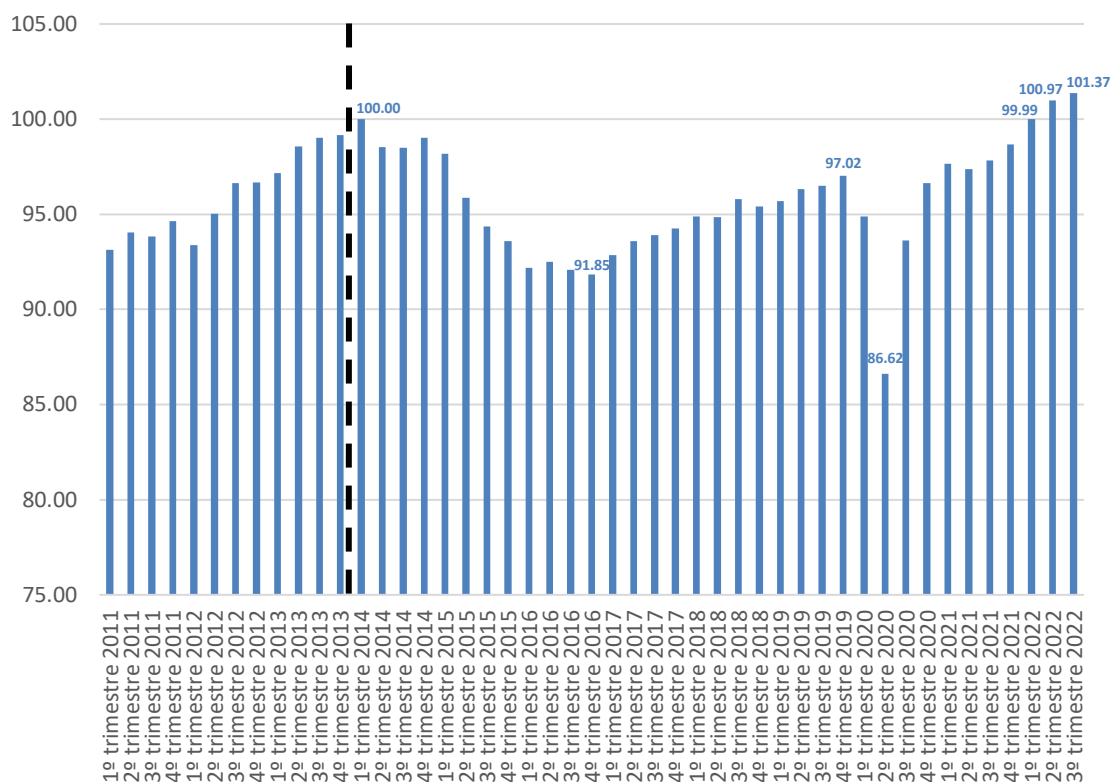


1. PIB a preços de 2010. Inclui a revisão feita pela IBGE (2022a) para o valor do PIB referente ao ano de 2021. Fonte: IBGE (IPEA, 2022). Elaboração própria.

Observe-se que, exceto a “Crise pós-2015”, todos os demais quatro episódios de crise indicados acima estiveram associados a uma grave crise de Balanço de Pagamentos enfrentada pelo Brasil, algo que impôs ao país em cada um dos casos uma limitação drástica à sua capacidade de importação, impactando negativamente sua trajetória de crescimento econômico.

Ao analisarmos os dados trimestrais do PIB (feito o ajuste sazonal), o 1º trimestre de 2014 marca o momento em que o PIB brasileiro havia atingido o maior nível da série disponibilizada pelo IBGE (2022b), iniciada no primeiro trimestre de 1996, até então. Conforme mostra o Gráfico 2, após o primeiro trimestre de 2014, alternando fases de queda e recuperação parcial, o Brasil acumulou 33 trimestres seguidos até que o PIB retornasse ao seu ponto máximo verificado anteriormente, algo que ocorreu apenas no segundo trimestre de 2022, quando o PIB se encontrava 0,97 p.p. acima do nível registrado no primeiro trimestre de 2014. Importante registrar que quando a pandemia de COVID-19 se iniciou no primeiro trimestre de 2020, o PIB do Brasil ainda não havia retornado ao nível pré-crise.

Gráfico 2- Brasil: Evolução do PIB trimestral com ajuste sazonal (1º trim. de 2014 = 100)¹



1. Valores encadeados a preços de 1995.
 Fonte: IBGE (2022b). Elaboração própria.

3. Regressão dos indicadores socioeconômicos entre 2015 e 2021

Além da queda do PIB, verificamos uma generalizada regressão socioeconômica no Brasil a partir de 2015 até 2021, quando uma série de indicadores socioeconômicos se encontravam em níveis piores do que aqueles registrados para o ano de 2014. Isto fica claro quando analisamos os dados disponibilizados na Tabela 2, subdivididos em 5 grupos de indicadores: i) PIB e PIB per capita; ii) Rendimento domiciliar e Salário Mínimo; iii) Mercado de trabalho; iv) Distribuição de renda; e v) Pobreza.

Tabela 2- Brasil: Evolução dos indicadores socioeconômicos entre 2014 e 2021

Área	Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB e PIB Per Capita	PIB (R\$ constantes de 2021) (2014 = 100,0)	100	96,5	93,3	94,5	96,2	97,4	93,6	98,9
	PIB per capita (R\$ constantes de 2021) (2014 = 100,0)	100	95,6	91,7	92,2	93,1	93,5	89,2	93,5
Rendimento Domiciliar e Salário-Mínimo	Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (2014 = 100) ⁽¹⁾	100	96,5	95,6	96	99,5	101,0	96,6	89,9
	Salário-Mínimo real (R\$ constantes de 05/2022) (média mensal durante o ano) (2014 = 100)	100	99,5	101,6	105	103,9	104,8	105	102,3
Mercado de Trabalho ⁽²⁾ (média anual)	Taxa de desocupação da força de trabalho (%)	7	8,9	11,7	12,6	12,4	11,8	13,8	14,0
	Taxa composta da subutilização da força de trabalho (%) ⁽³⁾	15,9	18,3	21,4	24,2	24,7	24,4	28,3	28,5
	Grau de informalidade da população ocupada (%)	38,8	38,7	38,8	40,5	41,2	41,4	38,8	40,1
Distribuição de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (0-1)	0,52	0,52	0,53	0,53	0,545	0,54	0,52	0,54
	Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre o 1% mais ricos e os 50% mais pobres	33,5	33,9	36,4	37,3	39,5	39,8	34,8	38,4
	Participação dos 10% mais ricos na apropriação na renda (%)	41,6	41,3	42,4	42,5	43,1	42,8	41,6	42,7
	Participação dos 20% mais pobres na apropriação na renda (%)	3,4	3,3	3,1	3,0	2,9	2,9	3,3	2,8
Pobreza	Proporção da população abaixo da linha de extrema pobreza (US\$ 1,90 PPC 2011 por dia) (%)	4,7	5,1	6,1	6,7	6,8	6,8	5,7	8,4
	Proporção da população abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,50 PPC 2011 por dia) (%)	23,8	24,7	26,8	27,1	26,4	25,9	24,1	29,4
	Proporção dos domicílios particulares em situação de insegurança alimentar em algum grau (%)	22,9 ⁽⁴⁾	n.d.	n.d.	n.d.	36,7	n.d.	55,2	58,7 ⁽⁵⁾

1. Rendimentos deflacionados para Reais médios de 2021.

2. Dados consolidados de primeiras visitas para os anos entre 2014 e 2019 e de quintas visitas para os anos entre 2020 e 2021.

3. Taxa composta de subutilização da força de trabalho: (Subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial)/(força de trabalho + força de trabalho potencial).

4. Dado para o ano de 2013.

5. Dado coletado entre novembro de 2021 e abril de 2022.

Fonte: PIB e PIB per capita: (BCB, 2022b); Rendimento médio mensal real domiciliar per capita: PNADC (IBGE, 2022c); Salário Mínimo real (média mensal durante o ano): IPEADATA (IPEA, 2022); Indicadores de Mercado de Trabalho: IBGE (2022e); Indicadores de distribuição de renda: PNADC (IBGE, 2022c), exceto a Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre o 1% mais ricos e os 50% mais pobres, cuja a fonte é IBGE (2022d, p. 11); Proporções da população vivendo abaixo das linhas de pobreza (US\$ 5,50 PPC 2011 por dia) e de extrema pobreza (US\$ 1,90 PPC 2011 por dia): PNADC (IBGE, 2022e); Proporção dos

² Em setembro de 2022, o Banco Mundial ajustou os valores das linhas de pobreza e de extrema pobreza: a linha de pobreza saiu de US\$ 5,50 PPC 2011 por dia para US\$ 6,85 PPC 2017 por dia e a linha de extrema pobreza saiu de US\$ 1,90 PPC 2011 por dia para US\$ 2,15 PPC 2017 por dia (CASTANEDA AGUILAR, 2022). Na medida em que o Banco Mundial, até a data da redação final do presente artigo (05 de dezembro de

domicílios particulares em situação de insegurança alimentar em algum grau: Rede PENSSAN (2022, p. 72).
Elaboração própria.

À luz dos dados disponíveis na Tabela 2, foram observadas as seguintes tendências para os indicadores socioeconômicos entre 2015 e 2021, tomado como referência o ano de 2014, o último ano pré-crise pós-2015:

- i. **2014-2016:** todos os indicadores pioraram, exceto o grau de informalidade da população ocupada, que ficou igual, e o Salário Mínimo real (média mensal durante o ano), que subiu 1,6 p.p.;
- ii. **2016-2019:** houve elevação do PIB e do PIB per capita (sem que o Brasil retornasse ao nível de 2014), do rendimento médio mensal real domiciliar per capita e do Salário Mínimo real (média mensal durante o ano), queda da taxa de desocupação e queda da proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Porém, aumentaram a subutilização da força de trabalho, o grau de informalidade da população ocupada, e pioraram todos os indicadores de desigualdade selecionados, assim como aumentaram as proporções de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza e dos domicílios particulares em situação de insegurança alimentar (2018).
- iii. **2019-2020:** caíram os indicadores de PIB e PIB per capita, de rendimento médio mensal real domiciliar per capita, e aumentaram as taxas de desocupação, subutilização da força de trabalho e a proporção dos domicílios em situação de insegurança alimentar. Por outro lado, caiu o grau de informalidade da população ocupada, subiu o Salário Mínimo real (média mensal durante o ano), melhoraram os indicadores selecionados de desigualdade e diminuíram as proporções de pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza;
- iv. **2020-2021:** aumentaram os indicadores de PIB e PIB per capita. Por outro lado, caíram os indicadores de rendimento médio mensal domiciliar per capita e o Salário Mínimo real (média mensal durante o ano), assim como pioraram todos os indicadores selecionados de mercado de trabalho, desigualdade e pobreza, sobretudo os indicadores referentes às duas últimas áreas;

2022) ainda não havia disponibilizado os dados oficiais para as linhas de pobreza e de extrema pobreza para o ano de 2021, optou-se por utilizar os dados presentes no relatório *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022* publicado pelo IBGE em dezembro de 2022 (IBGE, 2022e), que utiliza os valores para a linha de pobreza de US\$ 5,50 PPC 2011 por dia e de US\$ 1,90 PPC 2011 por dia para a linha de extrema pobreza.

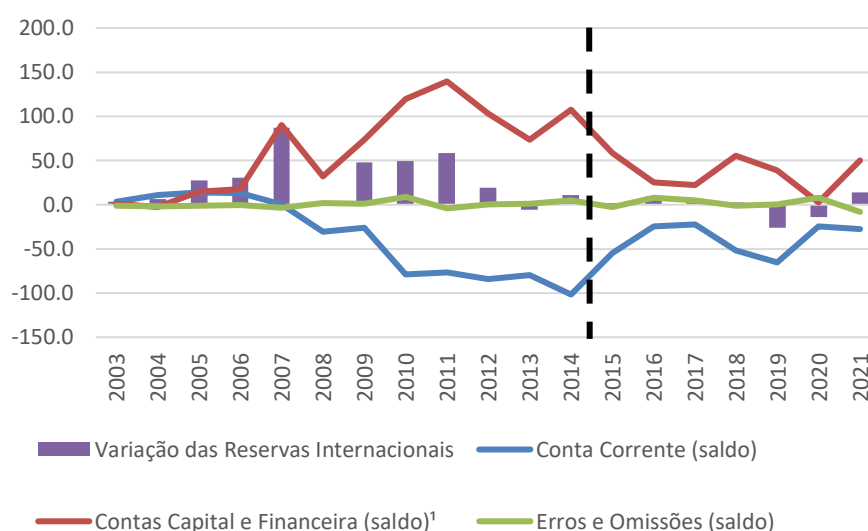
- v. **2014-2021:** todos os indicadores disponíveis na Tabela 2 se encontravam piores em 2021 em relação a 2014, exceto o Salário Mínimo real (média mensal durante o ano), que se encontrava 2,3 p.p. maior.

4. Preservação em níveis adequados dos indicadores de solvência externa entre 2015 e 2021

Ao passo que, internamente, após de 2015, o PIB e os indicadores socioeconômicos do Brasil regrediram, o setor externo do país apresentou uma relativa estabilidade. Isto é, não foi observada, entre 2015 e 2021, uma compressão relevante da capacidade de importação decorrente de uma deterioração dos indicadores brasileiros de solvência externa que justificasse a severa crise econômica observada no período.

Verifica-se no Gráfico 3 que, após 2015, as contas do Balanço de Pagamentos do Brasil apresentaram três resultados tendenciais relevantes, em que pese as oscilações observadas em cada ano: i) queda do déficit em transações correntes; ii) queda do ingresso de divisas via Contas Capital e Financeira; iii) manutenção do nível de Reservas Internacionais (RI).

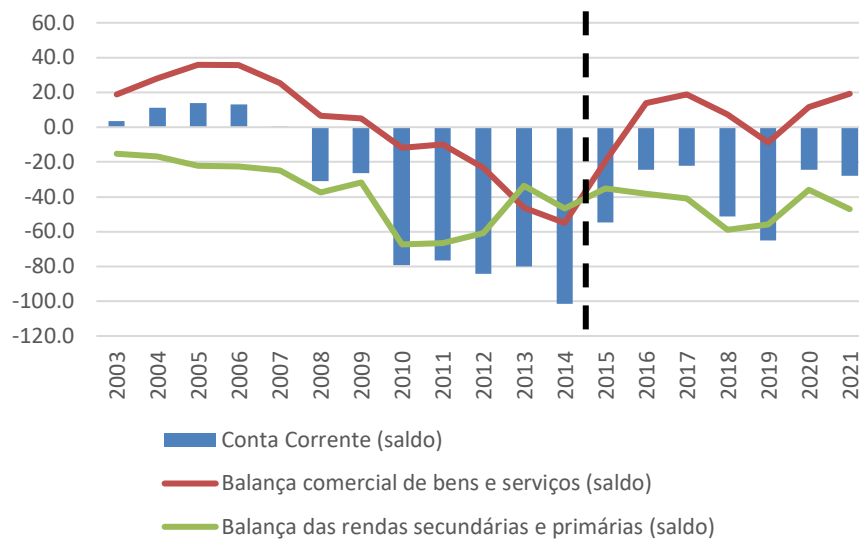
Gráfico 3- Brasil: Evolução anual do Balanço de Pagamentos entre 2003 e 2021 (US\$ bilhões)



¹ Exclui as RI. Seu saldo mede a entrada (ou perda) líquida de divisas no país.
Fonte: FMI (2022a). Elaboração própria.

Esta redução do déficit em Conta Corrente se explica sobretudo pelo resultado da balança comercial, na medida em que o saldo negativo das rendas primárias e secundárias manteve-se, desde 2014, relativamente no mesmo nível, como mostra o Gráfico 4.

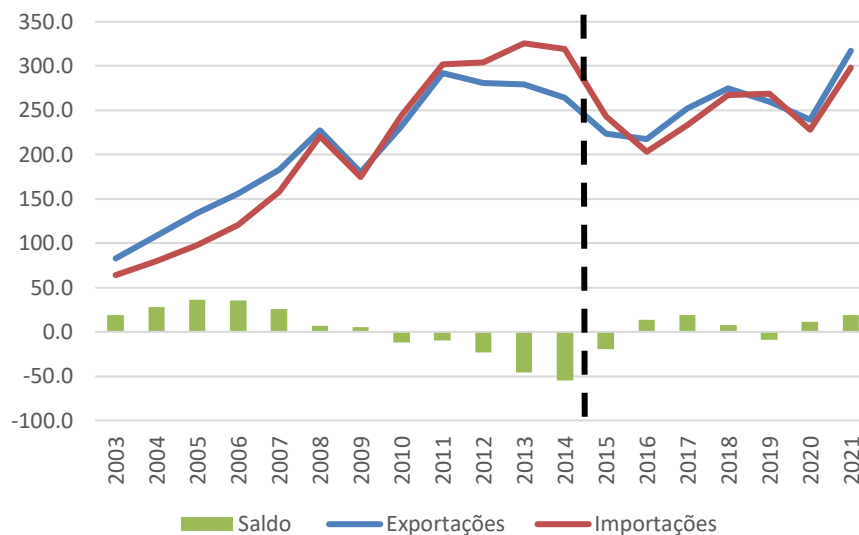
Gráfico 4- Brasil: Evolução anual da Conta Corrente entre 2003 e 2021 (US\$ bilhões)



Fonte: FMI (2022a). Elaboração própria.

Assim, o Brasil, que vinha apresentando déficits crescentes na balança comercial de bens e serviços entre 2011 e 2014, em 2015 reduziu o saldo negativo nesta conta, e, desde 2016, apresentou saldos positivos, exceto no ano de 2019, como mostra o Gráfico 5. Até 2021, as importações ainda não haviam retornado ao nível de 2014, enquanto as exportações, sim, atingindo em 2021 seu nível histórico máximo.

Gráfico 5- Brasil: Evolução anual da balança comercial de bens e serviços entre 2000 e 2021 (US\$ bilhões)

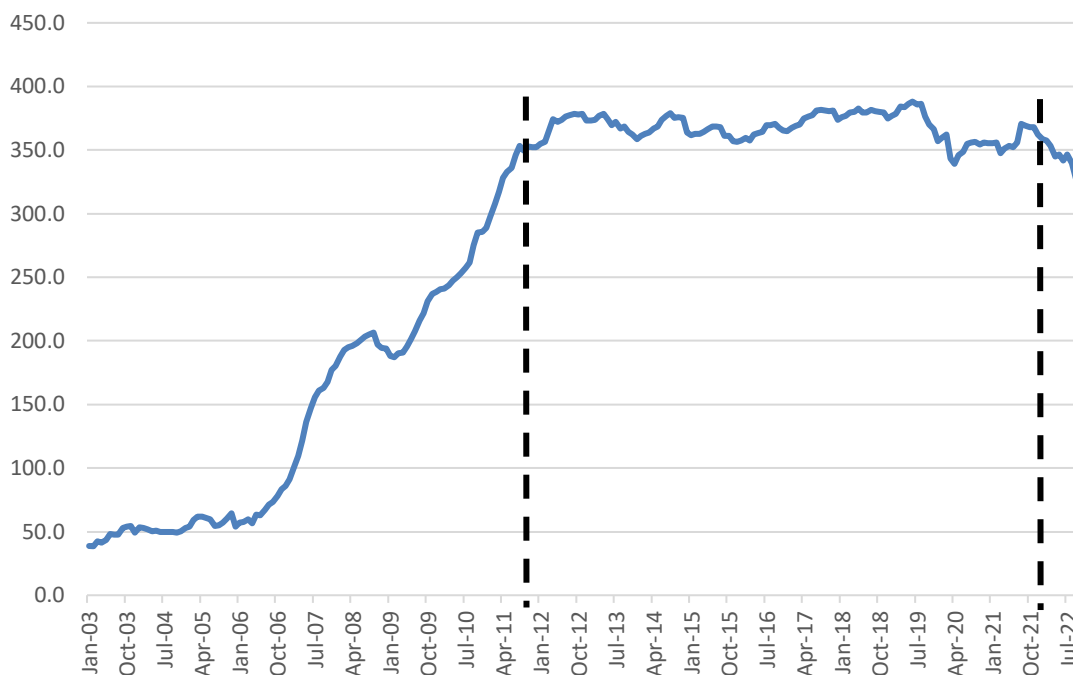


Fonte: FMI (2022a). Elaboração própria.

A combinação da redução do ingresso de divisas via Contas Capital e Financeira, contrabalançada pela redução do déficit em Conta Corrente, fez com que o país mantivesse em níveis relativamente estáveis os indicadores de solvência externa. O nível de RI manteve-

se entre outubro de 2011 e dezembro de 2021 entre US\$ 350 e US\$ 388 bilhões, exceto entre março e junho de 2021, quando caiu levemente abaixo de US\$ 350 bilhões, como mostra o Gráfico 6. Vale registrar que, em 2022, observou-se uma relevante perda de RI a partir de março, de forma que em outubro deste ano as RI atingiram o valor de US\$ 325 bilhões, uma queda de cerca de 10% em relação ao valor observado em dezembro de 2021.

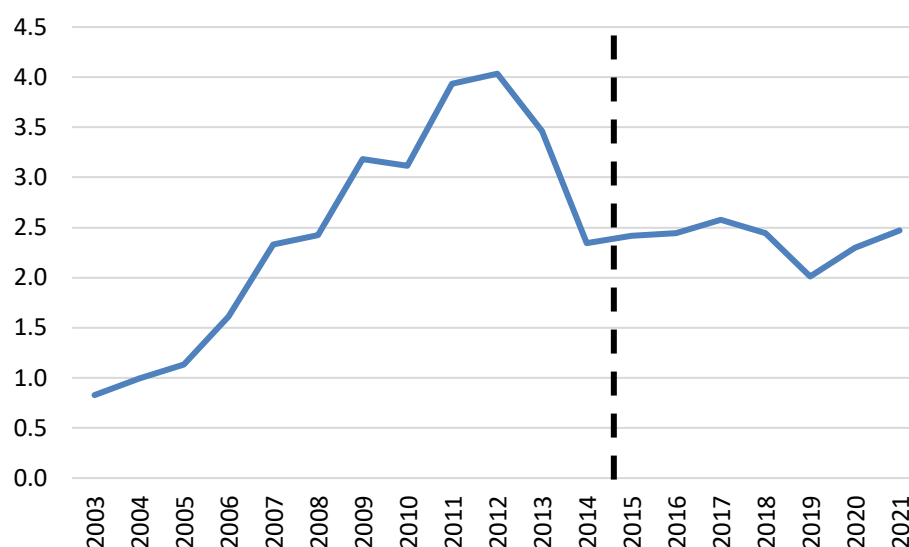
Gráfico 6- Brasil: Evolução mensal das Reservas Internacionais (RI) entre janeiro de 2003 e março de 2022 (US\$ bilhões)



Fonte: BCB (2022b). Elaboração própria.

Quando são analisados os indicadores de solvência externa para o Brasil, verifica-se que estes indicadores encontraram-se entre 2015 e 2021 acima dos níveis considerados adequados pelo FMI para evitar que o país sofresse algum tipo de choque externo capaz de reverter, no curto prazo, a capacidade de importações do país, o que poderia impactar negativamente o PIB. Assim, os indicadores de RI/dívida externa de curto prazo (Gráfico 7) e RI/*Assessing Reserve Adequacy* (ARA) (Gráfico 8), se encontraram, entre 2007 e 2021 acima daqueles recomendados pelo FMI (2022b). Ao final de 2021, o Brasil dispunha em RI o equivalente a 14,6 meses de importações de bens e serviços, praticamente o mesmo valor de 2014, quando este índice era 13,7 (FMI, 2022b).

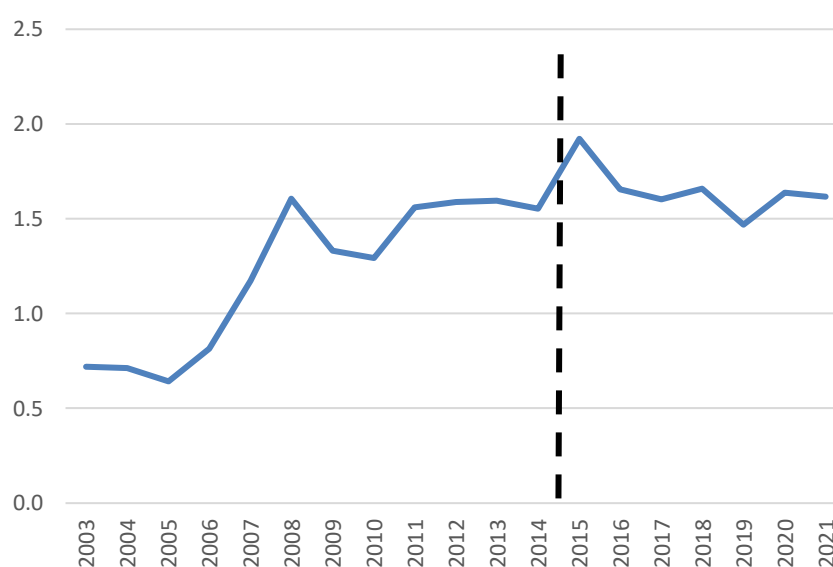
Gráfico 7- Brasil: Evolução anual da razão RI/Dívida externa de curto prazo entre 2003 e 2021 (unidade)¹



1. Segundo o FMI (2022b), a regra de Greenspan-Guidotti de 100% de cobertura de dívida externa de curto prazo é um padrão de adequação amplamente utilizado para Economias Emergentes.

Fonte: FMI (2022b). Elaboração própria.

Gráfico 8- Brasil: Evolução anual da razão RI/ARA entre 2003 e 2021 (unidade)¹



1. Segundo o FMI (2022b), a razão RI/ARA entre 1 e 1,5 é considerada adequada.

Fonte: FMI (2022b). Elaboração própria.

Menciona-se que este comportamento do setor externo combinado com a forma como foram feitas as intervenções pelo Banco Central do Brasil no mercado cambial, levaram a uma tendência a desvalorização da taxa de câmbio nominal entre 2015 e 2021. Por outro lado, a taxa de inflação, medida pelo IPCA, manteve-se dentro da meta entre 2016 e 2020, ultrapassando-a em 2015 e 2021, quando, foi, respectivamente, 10,79% (meta de 4,5% a.a.,

com margem de tolerância de 2,0 p.p. para cima ou para baixo) e 10,01% (meta de 3,75% a.a., margem de tolerância de 1,5 p.p. para cima a baixo) (BCB, 2022b).

5. Considerações finais

O objetivo da presente nota foi indicar, em linhas gerais, as principais tendências internas e externas da economia brasileira entre 2015 e 2021. Como procurou-se mostrar, ao passo que, internamente, o país experimentou neste período a maior crise econômica da sua história republicana, sendo observada generalizada regressão socioeconômica, externamente, o Brasil apresentou um desempenho distinto, diferente do que ocorreu em outros episódios de crise, preservando sua capacidade de importação e em níveis adequados os indicadores de solvência externa. Por fim, vale observar que, de um ponto de vista keynesiano, a ampla capacidade de importação que o Brasil dispõe atualmente é uma condição necessária, embora não suficiente, para assegurar a retomada de uma trajetória sustentada de crescimento com melhoria dos indicadores socioeconômicos.

Referências

- Banco Central do Brasil (BCB). (2022a), *Focus – Relatório de Mercado*. 05 de dezembro. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acessado em 05 de dezembro de 2022.
- _____. (2022b), *Sistema Gerenciador de Séries Temporais*. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.
- Castaneda Aguilar, R. Andres; Diaz-Bonilla, Carolina; Fujs, Tony H. M. J.; Jolliff, Dean; Lakner, Christoph; Mahler, Daniel G.; Nguyen, Minh C.; Schoch, Marta; Tetteh-Baah, Samuel K.; Viveros Mendoza, Martha C.; Wu, Haoyu; Yonzan, Nishant. 2022. September (2022), “September 2022 Update to the Poverty and Inequality Platform (PIP): What’s New”. *Global Poverty Monitoring Technical Note*; 24, September. World Bank, Washington, DC. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38023>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). (2022a), *Balance of Payments Analytic Presentation by Country*. Disponível em: <<https://data.imf.org/regular.aspx?key=62805740>>. Acessado em 12 de julho de 2022.

_____. (2022b), *IMF Data Mapper: Datasets: Assessing Reserve Adequacy – ARA*. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/ARA>>. Acessado em 12 de julho de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022a), “PIB varia 0,4% no terceiro trimestre de 2022”. *Agência IBGE de Notícias*, 01 de dezembro. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/35650-pib-varia-0-4-no-terceiro-trimestre-de-2022>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.

_____. (2022b), *Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.

_____. (2022c), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.

_____. (2022d), *Rendimento de todas as fontes. 2021*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950_informativo.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2022.

_____. (2022e), *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022*. Tabelas. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2022), *IPEADATA*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acessado em 12 de julho de 2022.

Rede Penssan. (2022), *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo, SP. Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acessado em 12 de julho de 2022